



RODRIGO CONSTANTINO

PENSADORES DA LIBERDADE



RODRIGO
CONSTANTINO

Pensadores da Liberdade



*Dedicado aos meus filhos,
Laura e Antonio*

Sumário

Introdução 9

PARTE 1 – OS CLÁSSICOS

John Locke 15

David Hume 29

Adam Smith 47

Edmund Burke 63

Frédéric Bastiat 80

Alexis de Tocqueville 96

PARTE 2 – OS AUSTRÍACOS

Ludwig von Mises 113

Friedrich von Hayek 153

PARTE 3 – O OBJETIVISMO DE AYN RAND

Ayn Rand 191

PARTE 4 – OS CONTEMPORÂNEOS

Michael Oakeshott 227

Karl Popper 241

George Orwell 260

Milton Friedman 275

Russell Kirk 295

Gertrude Himmelfarb 307

Jean-François Revel 321

Thomas Sowell 345

Roger Scruton 368

Theodore Dalrymple 393

Jordan Peterson 414

Introdução

Este livro é sobre os principais pensadores do liberalismo, e reúne os clássicos e os contemporâneos, desde os mais libertários até os mais conservadores. Falar hoje em nome do liberalismo virou moda, e muitos tentam usurpar o termo para diferentes escolas de pensamento. Mas o liberalismo, por mais elástico que seja, por mais abrangente, tem certos pilares básicos que não podem ser ignorados. Muitos que tentam vestir a jaqueta liberal são, no fundo, defensores de políticas diametralmente opostas àquelas do liberalismo tradicional.

Ideias têm consequências. E, citando o escritor Victor Hugo, diria que “não há nada mais forte do que uma ideia cuja hora é chegada”. Penso que a relevância das ideias liberais nos acontecimentos da humanidade ainda não foi compreendida por boa parcela da população. Os rumos de uma sociedade dependem, em boa parte, das ideias de algumas pessoas que conseguem influenciar o pensamento das demais. Não há um determinismo histórico, assim como não acredito em uma visão coletivista que despreza as poderosas contribuições — para o bem e para o mal — de alguns poucos indivíduos.

Alguns filósofos podem lançar uma sociedade inteira no caos e na miséria, contando com a colaboração das circunstâncias, assim como uns poucos pensadores e estadistas, como os “pais fundadores” dos Estados Unidos, conseguiram direcionar toda uma nação para uma trajetória de liberdade e progresso. A força dos canhões é fundamental, mas a escolha do alvo para onde os canhões estarão apontando, depende basicamente das ideias difundidas na sociedade.

“Mude as ideias, e você poderá mudar o curso da história”, disse Edmund Burke. As crenças marxistas, tanto de um determinismo histórico como de um excesso de materialismo, como se tudo no mundo se resumisse a uma luta entre

classes, prejudicaram bastante o avanço da civilização. Isso é uma mostra do poder das ideias, para o bem ou para o mal, no curso da história e que nega a própria crença determinista. Os seres humanos são dotados de livre-arbítrio, e nem tudo se resume aos interesses materiais imediatos. Quem acredita nisso está dando uma confissão e tanto sobre seu caráter, como bem colocou Benjamin Franklin: “Aquele que é da opinião de que dinheiro fará qualquer coisa pode muito bem ser suspeito de fazer qualquer coisa por dinheiro.” Há muito mais do que dinheiro na vida. No fim das contas, serão as ideias que determinarão os rumos das coisas.

Vários pensadores de diferentes vertentes chegaram a esta conclusão. O poeta alemão Heinrich Heine afirmou que “os conceitos filosóficos nutridos na quietude do escritório de um professor poderiam destruir uma civilização”. O grande economista Ludwig von Mises constatou que “ideias e somente ideias podem iluminar a escuridão”. A filósofa russa naturalizada americana, Ayn Rand, destacou que “o homem não pode fugir da necessidade de uma filosofia; sua única alternativa é saber se a filosofia que o guia será escolhida por sua mente ou por acaso”.

A lista de pensadores importantes que depositaram enorme relevância no poder das ideias é gigantesca.

O economista John M. Keynes também percebeu a relevância das ideias no curso dos acontecimentos. Ele escreveu em sua *Teoria geral*: “As ideias de economistas e filósofos políticos, tanto quando estão certas como quando estão erradas, são mais poderosas do que é normalmente compreendido. De fato, o mundo é governado por poucas pessoas. Loucos na autoridade, que escutam vozes no ar, estão destilando seu frenesi de algum rabisco acadêmico de poucos anos antes. Estou certo de que o poder dos direitos adquiridos é muito exagerado comparado à gradual invasão de ideias. Não, de fato, imediatamente, mas depois de certo intervalo; pois no campo da economia e filosofia política não existem muitos que são influenciados por novas teorias depois que estão com vinte e cinco ou trinta anos de idade. Logo, as ideias que os servidores públicos, políticos e mesmo agitadores aplicam, provavelmente, não serão as mais novas. Mas, cedo ou tarde, são as ideias, não os direitos adquiridos, que são perigosas para o bem e para o mal”.

Com isso em mente, além do fato de considerar que poucas são as pessoas que realmente entram em contato com as ideias dos grandes defensores da liberdade, decidi reunir em um só livro a síntese das importantes mensagens divulgadas por esses pensadores. Interpretei suas ideias por meio de minha própria esfera cognitiva, selecionando as passagens que mais me interessavam. Procurei reseñar diversos livros de inúmeros autores diferentes, sem seguir necessariamente

um critério rígido. Trata-se de vários temas distintos, e a ordem de apresentação seguiu a cronologia das datas de nascimento dos autores. O que espero é que, ao término da leitura, você tenha uma boa visão geral dos principais argumentos que sustentam o liberalismo. Tenho muito receio do uso de um rótulo simplista, contudo poderíamos dizer que este livro conta com pensadores de várias vertentes diferentes, mas associadas de certa forma ao liberalismo.

O mundo está repleto de oportunistas de plantão, manipulando os mais inocentes e leigos de forma a obter total controle sobre suas vidas. O melhor antídoto contra essa malícia é o conhecimento. Uma pessoa que aprende a refletir, questionar e buscar a verdade de forma objetiva e honesta dificilmente será uma presa desses oportunistas. Esta obra tem, portanto, o propósito de fornecer uma munição útil contra tais predadores, desmascarando muitas das falácias comumente utilizadas por eles. Além disso, tento apresentar — por meio da influência desses pensadores — o que entendo por liberdade, e como podemos lutar para chegarmos mais perto desse ideal.

Espero ser bem-sucedido nessa tarefa, ainda que não tenha a pretensão de conquistar o consenso. O importante é estar aberto ao debate sincero, focando nos argumentos e deixando, sempre que possível, os preconceitos de lado. Alguns pontos defendidos aqui parecerão “radicais” demais, mas não há nada que diga que um ponto de vista “radical” estará necessariamente errado. Quantas coisas no passado já foram consideradas absurdas e extremistas e, décadas depois, passaram a ser vistas como normais? Um liberal não deve temer mudanças se acreditar nelas. Mas deve, como ensinam os conservadores, pregar tais mudanças com prudência.

O ambiente das ideias em nosso país está bastante contaminado por conceitos que considero errados ou mesmo bizarros em determinados casos. Uma névoa ofusca a razão dos brasileiros. Reina sobre nós um verdadeiro apagão intelectual. As redes sociais permitiram finalmente que a bolha esquerdista da academia e da mídia fosse furada, e isso é ótimo, mas há também muita cacofonia, muito ruído e um ambiente um tanto hostil ao debate, dominado pelo tribalismo. Os pensadores aqui analisados contribuíram, em graus distintos, para que uma luz fosse acesa no campo das ideias, divulgando de forma resumida aquilo que julgo serem suas principais convicções. Espero colaborar para reduzir a escuridão mental que se instalou no país. Como disse Confúcio, “é melhor acender uma pequena vela do que praguejar contra a escuridão”. Os que defendem a liberdade precisam agir.

Ao trazer o pensamento de gigantes como John Locke, David Hume, Adam Smith, Edmund Burke e Alexis de Tocqueville, passando pelos austríacos como Mises e Hayek, por Ayn Rand e seu Objetivismo, e chegando aos mais recentes como Thomas Sowell, Roger Scruton, Theodore Dalrymple e Jordan Peterson, tenho certeza de que você terminará a leitura com grande embasamento acerca do arcabouço do liberalismo. Este livro é o resultado de duas décadas de análises de grandes volumes e de ideias complexas, sintetizadas e de forma acessível, para que mesmo um leigo possa compreender a essência das ideias desses pensadores, com suas diferentes vertentes, mas girando em torno de alguns denominadores comuns, que formam o que se convencionou chamar de pensamento liberal.

Espero que aproveitem bastante estas páginas. Sei como o tempo é escasso hoje em dia. E por esse motivo fiz o melhor para maximizar cada minuto de leitura, para que você tenha aprendizado real e diferenciado, e saia não só bastante satisfeito com o novo conhecimento adquirido, mas preparado para enfrentar qualquer debate político. O liberalismo, afinal, precisa de seus soldados nessa verdadeira batalha de ideias, nessa guerra cultural em que vivemos. Soldados liberais legítimos — e não esses esquerdistas disfarçados de liberais que vemos aos montes na mídia, na política e nas redes sociais.

PARTE 1

Os clássicos

John Locke

A propriedade privada

Nada como abrir este livro de grandes pensadores da liberdade com o filósofo inglês John Locke. O simples fato de sua obra ter influenciado decisivamente os “pais fundadores” e, por consequência, a Revolução Americana (1776), o coloca no rol dos gigantes soldados pela liberdade individual.

John Locke nasceu em Wrington, Reino Unido, em 1632, e suas ideias políticas acabaram tendo profundo impacto no mundo. Locke desenvolveu uma visão alternativa à de Thomas Hobbes* sobre o estado de natureza, e argumentou que o governo só é legítimo se recebe o consentimento do povo. A proteção dos três direitos individuais inalienáveis — vida, liberdade e propriedade — seria o foco principal do governo. Tal visão acabaria sendo um importante pilar para muitos liberais. “Cabe aos homens tal direito aos bens que lhe pertencem, que ninguém tem o direito de lhes tirar, em todo ou em parte, sem o seu consentimento”, resumiu de forma brilhante.

Em seu *Segundo tratado sobre o governo*, Locke afirma que “o maior e principal objetivo dos homens se reunirem em comunidades, aceitando um governo comum, é a preservação da propriedade”. Sem o governo para lhe oferecer essa garantia, o indivíduo não poderia desfrutar de sua propriedade, já que seria muito arriscada e insegura sua situação, sempre sujeita ao avanço dos demais. Para Locke, esse direito deriva de uma lei da natureza, clara e inteligível para a razão. Ainda

* Thomas Hobbes foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, autor de *Leviatã* e *Do cidadão*. Na obra *Leviatã*, explanou os seus pontos de vista sobre a natureza humana e sobre a necessidade de um governo e de uma sociedade fortes.

assim, é preciso um juiz equânime e indiferente, com autoridade reconhecida para ajuizar sobre as controvérsias de acordo com a lei estabelecida. Os homens, sendo parciais, podem ser levados a excessos por conta das paixões, “enquanto a negligência os torna por demais descuidados nos negócios dos outros”.

As leis devem ser objetivas e igualmente válidas para todos. Não cabe ao poder legislativo arrogar a si o direito de governar por meio de decretos extemporâneos e arbitrários. Os homens devem, portanto, ser governados por leis explícitas, caso contrário, a propriedade e a tranquilidade “continuariam na mesma incerteza em que se encontravam no estado de natureza”. Numa linha semelhante à de Aristóteles, que defendia o governo de leis e não de homens, Locke entende que os homens ficariam em uma situação ainda pior que no estado de natureza caso pusessem nas mãos de um ou de poucos o poder de toda uma multidão. Nesse caso, seriam forçados a obedecer a decretos exorbitantes, frutos de “vontades bizarras” ou pensamentos repentinos, sem regras claras e fixas que lhes guiem.

Sem que os homens tivessem direito aos bens que lhes pertencem, numa situação em que esses pudessem ser tirados sem consentimento, não haveria nenhuma propriedade verdadeira, uma vez que outros teriam o direito de tirá-la quando lhes fosse conveniente. A propriedade dos homens não estaria segura se quem os governa “tiver o poder de tirar de um indivíduo a parte que quiser de sua propriedade e dela dispor conforme lhe aprouver”. E conclui de forma mais objetiva: “Se alguém se arrogar o poder de lançar impostos sobre o povo, baseado na própria autoridade sem a autorização do povo, estaria violando a lei fundamental da propriedade e subverteria o objetivo do governo”.

O direito do uso da força para derrubar um governo autoritário e sem legitimidade também é defendido por Locke no livro. Ele deixa isso claro quando afirma que “em quaisquer estados e condições, o remédio autêntico contra a força sem autoridade é opor-lhe a força”. Afinal, usar a força desacompanhada da autoridade, “coloca sempre quem dela abusa em estado de guerra como agressor, e o expõe a ser pago na mesma moeda”. Essa ideia iria influenciar os revolucionários americanos, cansados do abuso de poder da monarquia inglesa. “Sem representação não há tributação”, bradavam.

Sem o direito natural de propriedade, qualquer um pode virar escravo, e faltarão argumentos sólidos para combater isso. Ora, se a vontade da maioria for escravizar a minoria, com base em que alegaremos que se trata de uma injustiça? Alguns críticos afirmam erroneamente que o excesso de zelo pela propriedade privada é coisa de quem pretende proteger os ricos e suas posses dos pobres. Mas

Locke deixa claro que tal acusação não faz sentido, quando afirma que entende por propriedade “aquilo que os homens têm, quer na própria pessoa, quer nos bens materiais”. A primeira propriedade que todos têm, inclusive os mais pobres, é o próprio corpo. Se o direito a essa propriedade não é natural, então será possível justificar até mesmo a escravidão. Basta que a maioria assim decida.

Não custa lembrar que os judeus eram minoria na Alemanha nazista. Sem partir da premissa de que eles tinham direito natural de propriedade sobre eles próprios, ficaria difícil acusar de injustiça o Holocausto, pois era a vontade da maior parte do povo que seguia Hitler. Creio que este exemplo dá uma melhor noção da importância desse conceito de direito natural de propriedade, defendido por Locke e contrário à ideia de que justiça é apenas a vontade da maioria. E sob uma tirania desse tipo, que anula totalmente o direito natural de propriedade, Locke entendia que o oprimido tinha o direito de se rebelar. Ele questiona: “Seria, pois, admirável a paz entre o poderoso e o fraco, quando o carneiro, sem resistência, oferecesse a garganta ao lobo voraz?”.

Locke explica: “A razão básica que leva os homens a se juntarem em sociedade é a preservação da propriedade; e a finalidade para a qual elegem e dão autoridade a um poder legislativo é possibilitar a existência de leis e regras definidas que sejam guardiãs e protetoras da propriedade dos membros da sociedade, limitando assim o poder e controlando o domínio de cada parte e de cada membro”.

Locke versus Hobbes

Cabe aqui traçar a distinção entre a visão de Locke e aquela de Hobbes. A doutora em Filosofia Catarina Rochamonte, em texto publicado pelo Instituto Liberal, resumiu bem o ponto de vista hobbesiano:

Hobbes aceitava a noção tradicional de que a justiça não é meramente criação da sociedade e que existe um direito natural, mas ele também aceitava a crítica maquiaveliana da filosofia política tradicional: a filosofia política tradicional mirava alto demais. Assim, ele exigiu que o direito natural fosse derivado das origens, das necessidades e dos impulsos elementares, que determinam efetivamente todos os homens na maior parte do tempo e não da perfeição ou fim do homem, cujo desejo determina efetivamente apenas uns poucos homens e

mesmo estes não na maior parte do tempo. Esses impulsos primários são obviamente egoístas. Eles podem ser reduzidos a um princípio: o desejo de autopreservação ou, expressando o mesmo em sentido negativo, o medo da morte violenta. Isso significa que não o brilho e o glamour da glória ou o orgulho, mas o terror do medo da morte é o que se apresenta como o berço da sociedade humana: não heróis, ainda que fraticidas e incestuosos, mas pobres diabos nus e trêmulos foram os fundadores da civilização.

O terror que reina no estado de natureza, o pavor constante de ser morto a qualquer momento, relaciona-se, obviamente, à antropologia pessimista de Hobbes, para quem “o homem é o lobo do homem” e está o tempo inteiro em uma “guerra de todos contra todos”. No estado de natureza, o homem se deixa levar pelo natural egoísmo, generalizando a violência e elaborando meios cada vez mais eficazes de destruição do outro: “Numa tal condição (...) não há sociedade; e o que é pior do que tudo, há um medo contínuo e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, miserável, sórdida, brutal e curta”. Catarina Rochamonte resume:

Tão desgraçada vida é o que levaria os homens a estabelecerem um Estado em que o soberano terá poderes plenos para anular a liberdade de cada um em benefício da segurança de todos. Estando entre dois monstros: o Leviatã, o Estado, que tem poder e que concentra poder, mas que garante a paz e Behemoth, o monstro da guerra civil, que ameaça com a morte violenta, o medo levaria os indivíduos a optarem pela monstruosidade estatal.

Essa visão leva à defesa de um estado absolutista. Nas palavras da autora:

A eficácia do Estado depende da submissão absoluta do indivíduo, que aliena sua própria vontade à vontade de um soberano ou de uma assembleia. O Estado, segundo Hobbes, só atingirá sua finalidade, só terá eficácia se exercer o poder despoticamente. Qualquer divisão de poder dá ensejo a competições que comprometem a paz almejada, podendo desencadear guerras civis. Sendo assim, o soberano não deve estar submetido a nenhuma lei, sendo ele próprio a fonte legisladora. O contrato social descrito por Hobbes é um estranho contrato

em que uma parte abre mão de tudo e a outra não se sujeita a nada; um contrato no qual indivíduos medrosos, egoístas e hedonistas concordam em renunciar a todos os seus direitos, à exceção do direito à autopreservação e, em troca, o soberano promove a paz na qual tão débil existência estará protegida.

Rochamonte conclui, festejando a escolha inglesa por Locke em vez de Hobbes: “De todo modo, felizmente, a Inglaterra endossou Locke e não Hobbes e, dentre as soluções políticas oferecidas pela modernidade, optou, após a Revolução Gloriosa (1688), pela solução liberal, desmembrando o Leviatã com o predomínio das forças liberais na política, que derrotaram definitivamente o absolutismo real, dando lugar à monarquia parlamentar.

Locke versus Rousseau

Além de Hobbes, é interessante comparar Locke com outro pensador influente da época: Jean-Jacques Rousseau. Quase toda questão política relevante pode ser resumida numa disputa intelectual entre Locke e Rousseau. É o que argumenta Jonah Goldberg em *Suicide of the West* [Suicídio do Oeste]. Cada um dos filósofos defendeu modelos diametralmente opostos. Um foi a maior influência na Revolução Americana; o outro, na Francesa.

John Locke acreditava na soberania do indivíduo e que nós somos “capitães de nós mesmos”, enquanto Rousseau argumentava que o grupo era mais importante do que o indivíduo e que a “vontade geral” era superior à consciência solitária. Para Locke, o homem é um pecador na origem, enquanto Rousseau falava no “bom selvagem”, ignorando que a maldade reside dentro de nós, independentemente do sistema político.

Segundo Locke, nossos direitos vêm de Deus, não do governo, enquanto Rousseau pensava que abandonamos nossos direitos individuais em troca do julgamento do poder soberano. Para Locke, o direito à propriedade e aos frutos do nosso trabalho é o pilar fundamental de uma sociedade livre e justa. Já para Rousseau, a propriedade privada é o grande pecado da civilização, e o “todo” deve administrar a propriedade em prol da comunidade.

Locke acreditava na igualdade perante as leis, mas tolerava ou mesmo celebrava as desigualdades de resultado, de renda, mérito e virtude na sociedade

civil. Rousseau achava que a desigualdade econômica era a fonte de todos os males sociais, e um dos papéis mais importantes do governo era evitar uma desigualdade extrema. Locke compreendia que a criatividade humana produzia riqueza, e Rousseau estava mais preocupado com dividir à força aquela existente.

Como fica claro, John Locke, falecido em 1704, foi um dos fundadores do pensamento liberal moderno, que deposita no indivíduo seu foco, prega governo limitado e reconhece a premissa realista de nossa natureza humana falha. Já Rousseau é o pai do esquerdismo moderno, coletivista, estatizante e “igualitário” nos resultados. Se Locke ajudou a parir os Estados Unidos, nação próspera e livre, Rousseau foi crucial para a sangrenta revolução jacobina, que, apesar do slogan bonito, terminou no Terror da guilhotina e na ditadura de Napoleão. Nos dias atuais, as grandes disputas políticas continuam seguindo basicamente uma ou outra vertente.

A liberdade religiosa

Além da propriedade privada, John Locke também defendeu com afinco a liberdade religiosa. “Ninguém, nem um indivíduo, nem igrejas, não!, nem mesmo comunidades têm algum título apropriado para invadir os direitos civis e os bens terrenos dos outros, sob a desculpa da religião”, defendeu.

Durante seu exílio na Holanda, Locke escreveu em latim a sua *Epistola de Tolerantia*, que foi traduzida e publicada anonimamente em 1689 na Inglaterra, sob o título de *A Letter Concerning Toleration* [Cartas sobre a tolerância]. Nessa carta, Locke defende a liberdade religiosa em amplo sentido, e propõe a separação total dos poderes político e religioso. Para aquela época, quando pessoas ainda podiam ir para a fogueira por causa da crença religiosa, tais ideias eram revolucionárias. Locke considerava que guerras, torturas e execuções em nome da religião eram, na verdade, culpa da intervenção indevida de crenças religiosas no mundo político, e não do cristianismo em si. O alvo principal de Locke, portanto, era a Igreja Católica Romana, que não aceitava de forma alguma a separação dos poderes religioso e civil. Muito daquilo defendido por Locke na carta tornou-se lugar-comum, e hoje é aceito sem dificuldades. No entanto, ainda restam resquícios fortes de intolerância religiosa e de uma mistura perversa entre diferentes poderes mundanos e divinos. Nesse sentido é que se torna útil rever os principais argumentos do filósofo.

Para Locke, a comunidade é “uma sociedade de homens, constituída somente para que estes obtenham, preservem e aumentem seus próprios interesses

**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS**

www.faroeditorial.com.br



CAMPANHA

Há um grande número de pessoas vivendo com HIV e hepatites virais que não se trata.

Gratuito e sigiloso, fazer o teste de HIV e hepatite é mais rápido do que ler um livro.

FAÇA O TESTE. NÃO FIQUE NA DÚVIDA!



ESTA OBRA FOI IMPRESSA
EM MAIO DE 2021